



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI N° 3481/1989		
Ementa Institui incentivos à adoção de menores desamparados.		
Data da Norma 23/11/1989	Data de Publicação 01/12/1989	Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município-
Matéria Legislativa <u>Projeto de Lei n° 5015/1989</u> - Autoria: Miguel Moubadda Haddad		
Status de Vigência Em vigor		
Observações Retificação: IOM 08/12/1989 Veto Parcial Mantido (inc. IV e §§ 1º. e 2º. do art. 2º.) PROMOÇÃO SOCIAL - criança e adolescente Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD		
Histórico de Alterações		
Data da Norma	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada
12/11/1991	Decreto do Executivo n° 12394/1991	Norma correlata
24/06/2019	Lei n° 9229/2019	Alterada por



*[Texto compilado – atualizado até a Lei nº 9.229, de 24 de junho de 2019]**

LEI N.º 3.481, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Institui incentivos à adoção de menores desamparados.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 31 de outubro de 1989, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município incentivará a adoção de pessoas desamparadas menores de dezoito anos que habitem no seu território.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se desamparo a condição assim definida em regulamento.

Art. 2º. O incentivo far-se-á através de:

~~I – promoção de campanha anual de esclarecimento público sobre:~~

~~a) a questão social local do menor desamparado;~~

~~b) as condições legais para adoção;~~

I – promoção da Campanha Municipal de Divulgação e Incentivo da Adoção de Crianças e Adolescentes, a ser realizada pela iniciativa privada em parceria com as redes oficiais correlatas, com o objetivo de conscientizar as famílias que optam pela adoção quanto aos seus direitos e deveres, por meio de: *(Redação dada pela Lei n.º 9.229, de 24 de junho de 2019)*

a) palestras e seminários a respeito dos requisitos legais e sociais necessários à adoção de crianças e adolescentes;

b) capacitação e conscientização psicológica dos pretendentes à adoção, como, por exemplo, demonstração de que esse ato não pode ser meramente emotivo, ante a sua natureza jurídica irrevogável e irretroatável;

II – oferecimento, ao interessado, de assistência jurídica correlata gratuita pela repartição competente;

III – preferência do adotado no atendimento em repartições de:

a) serviço social;

* Esta compilação foi elaborada pela Câmara Municipal de Jundiaí com a finalidade de facilitar a consulta por munícipes e demais interessados. Ela não substitui as leis publicadas na Imprensa Oficial do Município.



(Texto compilado da Lei nº 3.481/1989 – fl. 2)

- b) assistência psicológica;
- c) assistência médica;
- d) assistência odontológica;
- e) assistência alimentar;
- f) ensino;
- g) recreação;
- h) esportes;

IV – *Vetado*.

§ 1º. *Vetado*.

§ 2º. *Vetado*.

Art. 3º. À Secretaria Municipal de Integração Social compete administrar o disposto nesta lei, em colaboração com:

- I** – demais repartições municipais responsáveis;
- II** – órgãos públicos correlatos;
- III** – instituições privadas interessadas.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WALMOR BARBOSA MARTINS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e nove.

TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



LEI Nº 3.481 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Institui incentivos à adoção de menores desamparados.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 31 de outubro de 1989, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município incentivará a adoção de pessoas desamparadas menores de dezoito anos que habitem no seu território.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se desamparo a condição assim definida em regulamento.

Art. 2º - O incentivo far-se-á através de:

I - promoção de campanha anual de esclarecimento público sobre:

- a) a questão social local do menor desamparado;
- b) as condições legais para adoção;

II - oferecimento, ao interessado, de assistência jurídica correlata gratuita pela repartição competente;

III - preferência do adotado no atendimento em repartições de:

- a) serviço social;
- b) assistência psicológica;
- c) assistência médica;
- d) assistência odontológica;
- e) assistência alimentar;
- f) ensino;
- g) recreação;
- h) esportes;



IV - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Integração Social com
pete administrar o disposto nesta lei, em colaboração com:

- I - demais repartições municipais responsáveis;
- II - órgãos públicos correlatos;
- III - instituições privadas interessadas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em contrário.


(WALMOR BARBOSA MARTINS)
Prefeito Municipal —

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e nove.


(TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS)
Secretário Municipal de Negócios
Jurídicos

mabp